

# Companhia Energética do Jari - CEJA

CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

### Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	249.812	188.364	Fornecedores	14	112.897	93.640
Concessionárias	5	43.684	45.868	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	1.701	3.497
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	7.317	5.239	Outros tributos a recolher	6	12.518	9.384
Outros tributos compensáveis	6	6.851	22.509	Dividendos	15	55.122	36.984
Caucões e depósitos vinculados	9	785		Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	54.098	53.755
Prêmio de risco - GSF	10	2.294	2.294	Uso do bem público	17	3.024	2.773
Outros créditos	11	9.945	5.066	Provisões	18	2.510	2.326
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>320.688</b>	<b>269.340</b>	Outras contas a pagar	11	2.983	2.657
<b>Não circulante</b>				<b>Total do Passivo Circulante</b>			
Caucões e depósitos vinculados	9	24.783	22.815	<b>Não circulante</b>			
Prêmio de risco - GSF	10	12.042	14.336	Tributos diferidos	7	113.754	117.988
Outros Créditos	11	1.544	2.387	Empréstimos e financiamentos	16	390.266	440.036
Imobilizado	12	1.013.139	1.017.376	Uso do bem público	17	33.143	31.927
Intangível	13	454.271	476.418	Provisões	18	6.143	6.600
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.467.410</b>	<b>1.493.794</b>	Outras contas a pagar	11	9	54
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.826.467</b>	<b>1.802.672</b>	<b>Total do Passivo Não circulante</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2022	2021		Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Receitas</b>	20	315.195	317.843	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	850.824	63.190	-	914.014
<b>Custo da operação e do serviço de energia elétrica</b>	21	(45.213)	(57.007)	Distribuição de Dividendos AGOE de 30/04/2021	(6.574)		(6.574)	
Custo do serviço de energia elétrica		(50.386)	(44.397)	Lucro líquido do exercício			137.211	137.211
Custo de operação		(95.599)	(101.404)	Destinação do lucro				
<b>Lucro bruto</b>		<b>219.596</b>	<b>216.439</b>	Constituição de reserva legal	6.861	(6.861)	-	-
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	21	(20.895)	(20.331)	Reserva de incentivo fiscal (ADA)	18.881	(18.881)	-	-
Despesas gerais e administrativas		(1.468)	(322)	Dividendos intermediários (JSCP) - RGA 23/12/2021	(43.510)		(43.510)	
Outras despesas e receitas operacionais		(22.363)	(20.653)	Lucro do exercício a deliberar	67.959	(67.959)	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>	22	<b>197.233</b>	<b>195.786</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	850.824	<b>150.317</b>	<b>-</b>	<b>1.001.141</b>
<b>Resultado financeiro</b>				<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>	
Recetas financeiras		27.458	12.405	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	850.824	<b>150.317</b>	<b>-</b>	<b>1.001.141</b>
Despesas financeiras		(50.256)	(54.255)	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>	
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(22.798)</b>	<b>(41.850)</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	850.824	<b>150.317</b>	<b>-</b>	<b>1.001.141</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	23	174.435	153.936	<b>Dividendo adicional aprovado - AGE de 29/04/2022</b>	(67.959)			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(8.618)	(10.126)	<b>Lucro líquido do exercício</b>	8.498	(8.498)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.149	(6.599)	<b>Destinação do lucro</b>	28.749	(28.749)	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	24	<b>169.966</b>	<b>137.211</b>	<b>Constituição de reserva legal</b>	(64.849)	(64.849)	-	-
Resultado por ação atribuível aos acionistas				<b>Reserva de incentivo fiscal (ADA)</b>	67.870	(67.870)	-	-
Resultado básico/diluído por ação (Reais/Ações)				<b>Dividendos intermediários (JSCP) - RGA 23/12/2021</b>	850.824	<b>187.475</b>	<b>-</b>	<b>1.038.299</b>
ON				<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2022	2021		Nota	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	169.966	137.211			174.435	153.936
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>169.966</b>	<b>137.211</b>				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2022	2021		Nota	2022	2021
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>393.665</b>	<b>376.391</b>				
Receta operacional	367.065	363.574				
Receta relativa à construção de ativos próprios	24.275	12.817				
Outras receitas	2.325					
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(93.665)</b>	<b>(91.425)</b>				
Custos da energia comprada	(18.674)	(46.205)				
Encargos de uso da rede elétrica	(31.131)	(27.532)				
Materiais	(9.924)	(2.428)				
Serviços de terceiros	(31.784)	(12.473)				
Outros custos operacionais	(2.152)	(2.697)				
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>300.000</b>	<b>284.966</b>				
<b>Retenções</b>						
Depreciações e amortizações	(50.563)	(51.340)				
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>249.437</b>	<b>233.626</b>				
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>						
Recetas financeiras	28.801	13.012				
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>278.238</b>	<b>246.638</b>				
<b>Distribuição do valor adicionado</b>						
Pessoal						
Remuneração direta	5.263	3.654				
Benefícios	1.576	1.593				
FGTS	493	238				
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	46.632	44.016				
Estaduais	4.051	5.604				
Municipais	1	66				
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros	50.256	54.255				
Alugueis		1				
Remuneração de capital próprio	64.849	43.510				
Juros sobre capital próprio	67.870					
Dividendos	240.991	152.937				
Lucros reidos	37.247	93.701				
	<b>278.238</b>	<b>246.638</b>				

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## Companhia Energética do Jari - CEJA

## 2.8 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022

CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
--	---	--------	----------------	------------

CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
----------------------------	--	--------	----------------	------------

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
---	---	--------	----------------	------------

## 2.9 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações da Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4 / IAS 28 / IAS 34 / IAS 8 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 32 / IFRS 1 / IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
--	--	---	----------------	------------

Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IAS 36 / IAS 7 / IAS 38 / IFRS 3 / IAS 28 / IAS 15 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 40 / IFRS 5 / IAS 19 / IFRS 1 / IAS 32 / IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
---	--	---	----------------	------------

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024
---	---	----------------	----------------	------------

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3 Evento significativo no exercício

## 3.1 Ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor - GSF

A deliberação ocorreu pela ANEEL na Reunião Pública realizada em 07 de junho de 2022. Em 26 de abril de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.175/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Santo Antônio do Jari de 31 dezembro de 2044 para 28 de outubro de 2045 que representa um acréscimo de extensão de 301 dias.

## 3.2 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 222,0MW para 211,3MW.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	8.610	8.166

Aplicações financeiras - renda fixa	241.202	180.198
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	241.202	180.198

Total	249.812	188.364
-------	---------	---------

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras da Companhia estão remuneradas a taxa que variam entre 100,00% e 103,30% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito.

Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias

Nota	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias	43.028	43.426

Suprimento de energia elétrica	5.1	656
Energia de curto prazo		2.442

Total	43.664	45.868
-------	--------	--------

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentadas como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo	Passivo	Resultado Operacional
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	2022
Concessionárias (Nota 5)					

Venda de energia elétrica

EDP Espírito Santo

EDP São Paulo

Controle comum

Controle comum

209.02

01/01/2015 a 31/12/2044

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

## 12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a serviços essenciais, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados para garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do término final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

## 12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Geração								
Terrenos		759		759		759		759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,05	405.472	(69.126)	336.346	2,05	403.270	(60.491)	342.779
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,13	353.309	(62.383)	290.926	2,13	345.509	(53.703)	291.806
Máquinas e equipamentos	2,99	424.085	(102.564)	321.521	2,99	438.989	(93.260)	345.729
Veículos	14,29	1.362	(1.207)	155	14,29	1.362	(1.049)	313
Móveis e utensílios	6,25	78	(17)	61	6,25	78	(12)	66
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>	<b>1.185.065</b>	<b>(235.297)</b>	<b>949.768</b>		<b>1.189.967</b>	<b>(208.515)</b>	<b>981.452</b>	
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	2.919	(810)	2.109	3,33	2.919	(713)	2.206
Máquinas e equipamentos	3,23	37.105	(9.904)	27.201	3,23	37.105	(8.706)	28.399
Administración		40.024	(10.714)	29.310		40.024	(9.419)	30.605
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>	<b>1.225.972</b>	<b>(246.367)</b>	<b>979.605</b>		<b>1.230.838</b>	<b>(218.212)</b>	<b>1.012.626</b>	
<b>Imobilizado em curso</b>								
Geração		33.203		33.203		4.727		4.727
Administración		331		331		23		23
<b>Total do Imobilizado em curso</b>	<b>33.534</b>	<b>-</b>	<b>33.534</b>		<b>4.750</b>	<b>-</b>	<b>4.750</b>	
<b>Total Imobilizado</b>	<b>1.259.506</b>	<b>(246.367)</b>	<b>1.013.139</b>		<b>1.235.588</b>	<b>(218.212)</b>	<b>1.017.376</b>	
<b>12.2 Movimentação do imobilizado</b>								
	<b>Valor líquido em 31/12/2021</b>	<b>Ingressos</b>	<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>Transf. para Depre- ciações</b>	<b>Baixas</b>	<b>Reclas- sificação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2022</b>	
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Terrenos	759						759	
Reservatórios, barragens e adutoras	342.779		2.202	(8.635)			336.346	
Edificações, obras civis e benfeitorias	294.138		7.800	(8.782)			293.156	
Máquinas e equipamentos	374.242		(14.759)	(10.567)	(90)		348.826	
Veículos	339			(165)			174	
Móveis e utensílios	369		20	(45)			344	
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>	<b>1.012.626</b>	<b>-</b>	<b>(4.737)</b>	<b>(28.194)</b>	<b>(90)</b>	<b>-</b>	<b>979.605</b>	
<b>Imobilizado em curso</b>								
Máquinas e equipamentos	23	7.940	18.557		383		26.903	
A reatar	-	13.812	(13.812)					
Outros	4.727	2.311	(8)	(6)	(393)		6.631	
<b>Total do Imobilizado em curso</b>	<b>4.750</b>	<b>24.063</b>	<b>4.737</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>	<b>33.534</b>	
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>1.017.376</b>	<b>24.063</b>		<b>-</b>	<b>(28.194)</b>	<b>(96)</b>	<b>(10)</b>	<b>1.013.139</b>

## 13 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## 13.1 Composição do intangível

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,78	10.181	(9.892)	289	25,78	10.181	(8.164)	2.017
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,31	19.093	(5.165)	13.928	3,31	19.093	(4.532)	14.561
Direito de concessão - GSF	4,11	15.529	(1.008)	14.521	4,11	15.529	(370)	15.159
<b>Administración</b>		<b>44.803</b>	<b>(16.065)</b>	<b>28.738</b>		<b>44.803</b>	<b>(13.066)</b>	<b>31.737</b>
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>	<b>1.012.626</b>	<b>-</b>	<b>(4.737)</b>	<b>(28.194)</b>	<b>(90)</b>	<b>-</b>	<b>979.605</b>	
<b>Intangível em curso</b>								
Software		20.00	406	(239)	167	20.00	224	(184)
Direito de concessão - Outros	3,31	584.274	(159.347)	424.927	3,31	584.274	(140.033)	444.241
<b>Total do Imobilizado em curso</b>	<b>4.750</b>	<b>24.063</b>	<b>4.737</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>	<b>33.534</b>	
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>1.017.376</b>	<b>24.063</b>		<b>-</b>	<b>(28.194)</b>	<b>(96)</b>	<b>(10)</b>	<b>1.013.139</b>

## 16 Emprestimos, financiamentos e encargos de dívidas

## 16.1 Composição do saldo de Emprestimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants
--	------------------	---------------------	----------------	----------------------	------------	-----------

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Realizações	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2022
Circulante	2.326	45	(1.488)	150	1.477	2.510	
Não circulante	3.333			183	(1.477)	233	2.272
<b>Total</b>	<b>5.659</b>	<b>45</b>	<b>(1.488)</b>	<b>333</b>	<b>-</b>	<b>233</b>	<b>4.782</b>

## 19 Patrimônio líquido

## 19.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$850.824 e está representado por 25.793.746 ações ordinárias, sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2022	31/12/2021		
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
CTG Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
<b>Total</b>	<b>25.793.746</b>	<b>100,00</b>	<b>25.793.746</b>	<b>100,00</b>

## Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

## Lucro a ser destinado

Lucro líquido apurado no exercício

Constituição da reserva legal - 5%

## Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP

Incentivos fiscais

Dividendo adicional proposto

Dividendos por ação - RS - JSCP

Dividendos por ação - RS - Dividendos complementares

## 19.2 Reservas

## Reservas de lucros

Legal

Incentivos fiscais

Lucros retidos à deliberação

Total

## 19.2.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

## 19.2.2 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizado para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

## 19.2.3 Lucros retidos à deliberação

Refer-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituida conforme IPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$67.959 foi transferido para Dividendo adicional aprovado (Nota 15) deliberado em AGOIE de 15 de junho de 2022.

## 20 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	Nota	2022	2021	RS	2021
Suprimento de energia		1.847.484	1.957.884	359.919	352.915
Energia de curto prazo				7.146	10.659
<b>Receta operacional bruta</b>	<b>5 e 20.1</b>	<b>1.847.484</b>	<b>1.957.884</b>	<b>367.065</b>	<b>363.574</b>
(-) Deduções à receita operacional				(3.982)	(4.676)
ICMS				(31.605)	(26.036)
PIS/COFINS				-	(30.587)
Encargos do consumidor					
P&D				(3.139)	(3.000)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(11.801)	(10.721)
Outros encargos				(1.343)	(1.298)
<b>Receita</b>	<b>1.847.484</b>	<b>1.957.884</b>	<b>315.195</b>	<b>317.843</b>	

## 20.1 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58,7/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280/MWh (Submercado SE/CO) em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.

## 21 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2022	2021	RS	2021
<b>Custo da operação e do serviço</b>					
Com energia elétrica		16.797	28.251		
De operação				28.251	
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas		5.860	579	6.439	
Outras		1.584	10	1.594	
Total		21.3	14.329	28.194	

	Nota	2022	2021	RS	2021
<b>Custo da operação e do serviço</b>					
Com energia elétrica		41.859	24.985	24.985	
De operação				(10.004)	
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas		5.678	458	6.136	
Outras		1.103	83	1.186	
Total		51.331	1.853	35.543	

	Nota	2022	2021	RS	2021
<b>Custo da operação e do serviço</b>					
Com energia elétrica		16.746	16.423	21.680	
De operação				(2.677)	
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas		4.496	1.505	4.551	
Outras		1.267	1	1.268	
Total		57.007	44.397	50.386	

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 25.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

## 25.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da controlada em conjunto EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

## 25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 16 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

## 25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

## Aging cenário provável

Operação	Risco	Saldo da exposição		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)		Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	(4.411)	(5.74)	(1.151)	(8.933)
Aplicação financeira - CDB	CDI	241.202	1.807		1.807	4.393	8.740	(4.411)	(8.933)				
Caçoeiros e depósitos vinculados	CDI	24.267	2.017	292	2.309	573	1.144	(574)	(1.151)				
Instrumentos financeiros ativos	CDI	265.469	3.824	292	-	4.116	4.966	9.884	(5.015)	(10.084)			
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(44.724)	(35.839)	(86.259)	(22.499)	(144.597)	(26.782)	(53.207)	(27.150)	54.678			
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(44.724)	(35.839)	(86.259)	(22.499)	(144.597)	(26.782)	(53.207)	(27.150)	54.678			

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a.; e TJLP entre 5,7% e 7,4% a.a.

## 25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 27.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

## 31/12/2022

Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
14.898	29.323	128.308	162.419	263.270	598.218	627.843

## 25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle de saúde financeira exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impõe nos contratos da dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais covenants por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício fino em 31 de dezembro de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de financiamento.

Além do controle de covenant atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 27.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos.

Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

## 25.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um risco com base no PLD, gerando um desímpio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% desse risco hidrológico remanescente para 190MWm e 87% para 20,9MWm, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRT mediante pagamento de prêmio.

## 25.2.4 Risco crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

## • Concessões

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

## • Caixa, Equivalentes de caixa e Caçoeiros

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

## 25.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos,

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otávio Assis Henriques

Presidente

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva

Conselheiro

Liyi Zhang

Conselheiro

Evandro Leite Vasconcelos

Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire

Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro

Conselheira

## DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otávio Assis Henriques

Diretor-Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho

Diretor Operacional e Técnico

Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca

Diretor Administrativo

Fernando Fleischer Ferrari

Diretor Financeiro

## CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte

Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral

Gestor Executivo de Contabilidade e Custos

Contador - CRC 1SP271964/O-6

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Companhia Energética do Jari - CEJA

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido